

“Tudo se mistura porque está tudo no mesmo patamar”: cenas violentas na escola contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades

MATEUS APARECIDO DE FARIA*

CELINA MARIA MODENA**

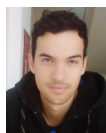
Resumo: Esse artigo tem como objetivo analisar as violências contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades, a partir de uma referencial teórico-conceitual pós-crítico. Constitui-se como pesquisa qualitativa, em que foram realizadas entrevistas presenciais com roteiro semiestruturado com nove pessoas, moradoras da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG e do interior do estado, cujas identidades e orientações sexuais, unidas, formam um grupo heterogêneo e rico em trajetória. As análises foram empreendidas no sentido de compreender os discursos em seus contextos de produção e performatização. As cenas relatadas iniciam-se na infância e perpassam as fases de suas vidas, com grande ênfase na escola. Também diferenciam as violências ocorridas em espaços urbanos em comparação com rurais. Ademais, a interseccionalidade é evidenciada por diferenciações dos fluxos de poder que atravessam seus corpos. Por fim, a necessidade do reconhecimento das violências, com especial atenção às designações, faz-se pulsante na sobrevivência da comunidade.

Palavras-chave LGBT; performatividades; escola; interseccionalidade.

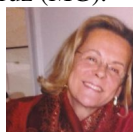
“Everything is merged because it is in the same baseline”: violent scenes in school against lesbians, gays, bisexuals, travesties, transsexuals and people with other identities

Abstract: This article aims to analyze violence against lesbian, gay, bisexual, travesti, transgender and other identities, from a post-critical theoretical-conceptual framework. It is a qualitative research, in which face-to-face interviews were conducted with a semi-structured script with nine people, residents of Belo Horizonte/MG metropolitan region and the interior of the state, whose united identities and sexual orientations form a heterogeneous and rich group trajectory. The analyzes were undertaken in order to understand the discourses in their contexts of production and performatization. The reported scenes begin in childhood and go through the phases of their lives, with a strong emphasis on school. They also differentiate violence from urban versus rural spaces. Moreover, intersectionality is evidenced by differentiations of the power flows that run through their bodies. Finally, the need for recognition of violence, with special attention to designations, is pulsating in the survival of the community.

Key words LGBT; performativity; school; interseccionality.



* **MATEUS APARECIDO DE FARIA** é Mestre em Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz (MG).



** **CELINA MARIA MODENA** é Doutora em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



Para começar

A comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades (LGBT+) tem sido foco de debate em diversos momentos históricos, desde a Revolta de Stonewall Inn¹, no fim da década de 1960, seja como protagonista de sua luta por direitos e garantias fundamentais, como

¹ Ocorrido em 28 de junho de 1969, no bar de mesmo nome na cidade de Nova York/EUA, a Revolta de Stonewall Inn eclodiu após invasão violenta e assediada da polícia ao estabelecimento, sob a escusa de descumprimento de leis contra a venda de bebidas alcoólicas. Essa justificativa acobertava a perseguição social, patrocinada pelo Estado, à população homossexual e a tudo que lhe envolvia, incluindo a Christopher Street, considerado como gueto da comunidade. A reação das pessoas que frequentavam o bar foi dias de resistência, liderada pelas que performatizavam feminilidades, como as *drag queens*. Tal movimento provocou a desestabilização social necessária para avançar no reconhecimento dos direitos de liberdade sexual no mundo (OLIVEIRA, 2017).

grupo subjugado por algo hegemonicamente construído ou ainda localizada entre ambos. No Brasil, a comunidade está em voga pelo reconhecimento da homotransfobia como crime de discriminação ou preconceito (BARIFOUSE, 2019), ao mesmo tempo que é alvo de um governo necropolítico, que ameaça toda e qualquer forma de diversidade humana (KAYSER, 2019), ultrapassando os limites (se considerarmos que há algum) das orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, atravessados por outros marcadores sociais como origem étnica e renda familiar. Evidenciado fica o não reconhecimento das pessoas LGBT+ enquanto corpos que importam, passíveis de luto, como diria Butler (2015b), ao mesmo tempo que ocorrem avanços institucionais na proteção contra as violências baseadas em normas compartilhadas socialmente sobre o que (não) deve ser um homem ou uma mulher (FARIA, 2018).

A busca por esse reconhecimento está inscrita no desejo ontológico e, portanto, constitui-se como uma forma bastante particular de vulnerabilidade, uma vez que é necessário estar com o outro que outorga tal reconhecimento. Além disso há condições de reconhecimento que são igualmente disputadas, como tradições e regras, que estão antes do ato, da prática ou do cenário do reconhecimento. Todo esse conjunto conduz a uma existência social viável, protegida do dano e das violências, e depende fortemente dos corpos que agridem e/ou são agredidos (CANSECO, 2015).

Nosso objetivo aqui é justamente fazer um esforço de reconhecimento das violências contra pessoas LGBTQ+. Por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, cujas questões perpassavam a caracterização do perfil pessoal (nome, idade, origem geográfica, identificação étnico-racial e afetivo-sexual, escolaridade, profissão), sentidos e narrativas construídas sobre violência, narrativas de violências vivenciadas e estratégias de enfrentamentos constituídas a partir delas, realizamos uma pesquisa qualitativa acerca das cenas violentas a que as/os participantes da pesquisa participaram enquanto corpos agredidos. A amostra foi não probabilística e por conveniência, através da técnica Bola de Neve, que consiste na indicação, por informantes-chave, ou seja, atores sociais que mobilizam redes sociais importantes para a pesquisa, de sujeitos potencialmente interessados em colaborar com o estudo. Essa técnica é muito útil para grupos populacionais de difícil acesso ou de cálculo de universo não definido, como é o caso da comunidade LGBTQ+ (VINUTO, 2014). Buscamos formar um grupo mais

heterogêneo possível a fim de considerar diferentes marcadores sociais que interseccionam as vivências não heteronormativas: identificação étnico-racial, origem geográfica, condições socioeconômicas e escolaridade foram os parâmetros pelos quais transitamos durante o fazer científico. Para chegar até a esse grupo, contamos com a indicação feita por movimentos sociais de luta da comunidade LGBTQ+, do povo negro, ambos com atuação em todo o estado de Minas Gerais, e de equipes envolvidas em atividades de extensão universitária que focavam na promoção de direitos das diversidades. Sendo assim, o grupo final de participantes foi formado por nove pessoas, autoidentificadas como pertencentes à comunidade LGBTQ+, com idade entre 21 e 29 anos, com algum vínculo com o território da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, seja pela moradia, pelo trabalho ou pelos afetos com residentes dessa área. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2017 e 2018, em locais à escolha da/do participante.

Convém apontar que os relatos que a seguir serão analisados foram igualmente interpretados pelas/os próprias/os participantes, em um movimento de pesquisa colaborativa que nos propomos seguir, a partir das considerações de Rosana Onocko Campos (2011), e a pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz, sob o número CAAE 63857317.6.0000.5091 e parecer de aprovação n. 1.925.485.

Cenas violentas

Existe um lugar-comum que atribui à infância certas questões da vida adulta,

geralmente atravessado por discursos psicológicos, tomados de modo acrítico e pouco apropriado do campo de conhecimento. No entanto a infância e adolescência aparecem nas narrações de vida das pessoas LGBTQ+ entrevistadas como um período em que as primeiras lembranças se misturam às primeiras violências, ou melhor, aos primeiros atos reconhecidamente violentos. E tal movimento de revisitar e reconstruir o passado acontece a partir das lentes do presente e isso aparece com as modais de tempo como:

“na minha pré-adolescência, adolescência, eu ainda não tinha consciência da minha sexualidade, da minha orientação sexual, da minha condição enquanto homem gay e na escola acontecia muito tipo de violência que hoje é considerado bullying, apelidos, uma certa diferenciação das pessoas no tratamento, pelo fato de eu ser gay e até negro mesmo (...) não tinha muito interesse em ir à aula” (Participante 1)

“desde a infância eu tive uma vida sexual mais iniciada de uma maneira abusiva, hoje eu falo que é abusiva, às vezes eu achava que não era porque eram gente maiores (de idade) que aproveitavam do fato de ser sempre caçoado na rua (...) da pessoa me coibir, de me impor um ato sexual com ela senão ela ia contar pra fulano” (Participante 7)

O que hoje é *bullying* e o que hoje é abusivo denota a modalização temporal da violência: antes era a “piada”, a “brincadeira”, o “carinho”. O não reconhecimento das violências em época outrora está presente na trajetória das pessoas LGBTQ+, uma vez que a naturalização das vivências atravessada

e imobilizava tais corpos “acariciados”. Ao dar nome ao ato ou à prática, elas rompem com algo instituído e a força empregada para tanto pode resultar em danos de ordem física, social, psíquica, entre outras (HECK et al., 2013). A cena relatada pelo Participante 1 é também no sentido de evidenciar como o autoconhecimento sobre sexualidades e a construção de relações sociais baseadas nesse saber impactam na garantia do direito à autodeterminação e à educação e como outros marcadores sociais aprofundam os sulcos por onde as violências percorrem (CRENSHAW, 2004).

Falando em educação, a trajetória escolar de pessoas LGBTQ+ é, rotineiramente e ao longo das gerações, marcado por situações necrológicas, que buscam sua morte, simbólica ou física. Sendo a escola um espaço de socialização, lá são reproduzidas as condições de existência que permeiam a sociedade e os padrões heterocisnormativos atravessam os corpos que “merecem” ser punidos, por não se adequarem a algo ilusório, porém almejado (TEIXEIRA-FILHO et al., 2011). A cruzada pela retirada das questões de respeito às diversidades dos planos de educação, sob a égide do programa “Escola sem Partido”², é mais um dispositivo de morte, de eliminação do corpo atingido, em vez de focar nas

² “Escola sem Partido” é um programa que objetiva a despolitização das escolas, com grande atuação no Poder Legislativo, em especial nos processos de discussão dos planos de educação dos entes da Federação. A pretensa neutralidade de seus adeptos serve para o silenciamento de questões como violências contra grupos minoritários, diversidades afetivo-sexuais e construção da capacidade crítica frente às estruturas sociais de crianças e adolescentes (GUILHERME; PICOLI, 2018).

relações cruéis (re)produzidas contra seres humanos.

Ainda sobre a infância:

“acho que a violência que mais marcou a mim foi a infância (...) com apelidos, com agressão física, não diretamente pela situação de gênero, mas indiretamente leva a isso (...) ela (minha trajetória) se passou justamente nessa autorrepressão do meu, que tem o processo da infância e que isso foi carregando muito pra minha vida adulta (...) a ilusão que eu tinha de uma realidade que eu me invisibilizava enquanto pessoa, então era certa repressão minha, que foi promovida também por conta da minha história de infância e adolescência” (Participante 7)

O Participante 7 contrasta sua performatividade atual com sua trajetória pregressa, em que a primeira é promovida pela segunda, ao passo que também é afetada pela agência do sujeito, em alguma medida. A utilização dos termos *autorrepressão* e *eu me invisibilizava* demonstra a congruência para si dos efeitos das violências, colocando-se como agente e alvo, ou melhor, como constituído, ao mesmo tempo que constitui essa cena violenta. O cuidado com crianças e adolescentes no que concerne aos seus desejos, às demandas geralmente expressas não verbalmente e às suas experiências parece ser subestimado em importância: esquecemos que somos corpos atravessados pela nossa história, que reconstruímos a cada vez que nos é oportunizado visitá-lo e que nos compõem a cada novo encontro conosco e com o outro. Longe de defender que o passado define, o que frisamos é, juntamente com o Participante 7, o peso

das marcas que levamos em comparação à superficialidade com que o tema é tratado, geralmente anulado pelos conteúdos a que crianças e jovens estão imbuídos de aprender antes de certa idade numérica, pelo medo adulto de reconhecer que todo e qualquer corpo possui sexualidade ou ainda pela regulação das relações para que o “miniadulto” se torne um “normopata em série” (OLIVEIRA, 2011, p. 19).

E qual seria o principal dispositivo de produção em séries de sujeitos higienicamente feitos para a norma? A escola, no bojo do período infanto-juvenil, é destacada para garantir *another brick in the wall*. Em um Estado que regula a cidadania LGBTQ+, a escola é um grande reformatório, para consertar, a qualquer custo, os corpos “estragados”. As/Os participantes trouxeram a escola para as entrevistas a partir das violências que lá se envolveram:

“houve um caso que foi da professora, ela mesmo falar (depois de ter presenciado outros colegas chamando o entrevistado de bichinha) ‘Cuidado! Não fica chamando porque ele pode depois virar um tipo maníaco’ (...). Então assim foi uma tentativa de ajuda, é uma professora que tentou interferir, mas ela não tinha didática nenhuma” (Participante 7).

“já sofri violência de abuso sexual, de abuso físico, de abuso psicológico, principalmente em escola (...) saí da escola pública justamente por isso, porque não aguentava mais o tanto que sofria na escola” (Participante 6).

“tenho violência psicológica, eu já sofri na escola porque as pessoas percebiam que eu olhava as meninas e começavam a me cutucar

indiretamente, às vezes até diretamente, me faziam sentir mal, me sentir inferior, me colocarem pra baixo, já sofri bullying (...) as pessoas cochichavam, dava pra notar que desconfiavam e ficavam conversando e falando mal pelas costas (...) teve uma hora que fui sentar na mesa com minhas colegas, igual sempre fazia eles saírem, todos saíram da mesa (...) tinha um menino, ele sofreu também (...) eu vi um deles falando, se referindo ao menino ‘Ah, vira homem!’, tipo simulando um chute” (Participante 9).

A segurança em reconhecer sua própria constituição como ser de diversidades possibilita o reconhecimento das violências escolares, das relações causais entre evasão e *bullying* e do empoderamento para futuras cenas violentas que possam ocorrer (PERUCCHI; CORRÊA, 2013). A tentativa de ajuda da professora às ofensas mostra que, há anos, a formação para o trabalho com pessoas LGBTQ+ é requisitada por eventos factuais que impactam no processo ensino-aprendizagem. Atualmente a corroboração dessa necessidade de pensar e fazer o trabalho docente a partir dos desafios pós-modernos se dá pela descrença de universalismos para ceder lugar à preocupação com subjetividades e diferenças. De fato, a convivência dialética entre estrutura e sujeito leva ao entendimento que não é possível largar as ponderações sobre luta de classes, sobre hegemonia e dominação, pois algo estruturado persiste.

Sobre nós

A autodeterminação das sexualidades, ainda que seja para afirmar sua fluidez, às vezes não é algo que pertença à comunidade LGBTQ+, pois

“você não se descobre gay na maioria das vezes; na maioria das vezes as pessoas descobrem pra você, é quando começam a te apontar ‘Ah viadinho, ah esse menino é viadinho, é bichinha’ (...) você é avisado que é gay, alguém te avisa que você é gay” (Participante 2).

Teles e Menezes (2017) atestam que a dignidade humana só é possível a partir da tutela do Estado enquanto defensor do desenvolvimento existencial da pessoa, incluindo o direito a se identificar a partir de nomes os quais são adotados como também seus: nome social, marcadores sociais, sobrenomes. Longe dessa proteção institucional vivem as pessoas LGBTQ+, seja pela cidadania regulada a que pessoas trans estão submetidas (ainda que nada passíveis aos processos), seja por essas violências do cotidiano que não alcançam quaisquer esferas de debate público, ficando nas práticas sociais micropolíticas, em que recorrer a alguém pode significar negligência ou culpabilização (FARIA, 2018). Assim as violências de designação – apontam-nos um gênero, um sexo, um nome, um sobrenome – perpetua-se em nome da normalidade, da ordem. Constrói-se um sujeito, já que a partir das designações são outorgadas diversas características que devem seguir certa linearidade de sentidos. Novamente o Estado nacional aparece como necropolítico ao afirmar que “É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa” (CERIONI, 2019, n.p.). A fala operada pela chefe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos aponta para as escolhas políticas do que é mulher, do que é família e do que é direitos humanos em um governo da morte. Perceba que a designação

acontece na heteroidentificação das sexualidades e dos gêneros e permanece diluída no cotidiano, sempre atenta para que, a qualquer sinal de performance fora da norma, possa reagir violenta e impositivamente.

Campos e cidades

Um exemplo trazido para as entrevistas foi a relação cidade-campo:

“violências físicas são muito intensas dentro das cidades grandes por conta do fluxo de pessoas” (Participante 7).

“é muito diferente daqui de BH, as pessoas aceitam muito mais do que lá em Santa Luzia (...) (lá) ninguém aceita, ninguém entende, ninguém quer aceitar, ninguém quer entender” (Participante 4).

“aqui na cidade grande a gente já percebe uma violência mais agressiva, uma violência mais física, eu tenho essa percepção assim. Comigo nunca aconteceu, mas eu ouço relatos de muita gente contando (...) é uma violência bem mais física e lá (no interior) é uma violência mais psicológica, agride da mesma forma, mas é menos visível do que a violência física daqui (...) município (de origem) muito machista, então a violência vem por volta de brincadeiras, é bullying, essas coisas que a gente sofre né, o viado daqui” (Participante 6).

O campo

é caracterizado como uma região não urbanizada, apresenta um discurso conservador e repressor em contraponto à cidade, um ambiente urbanizando, onde a cidade apresenta-se um lugar de liberdade e anonimato, favorecendo o fortalecimento das identidades de gêneros e quebrado as barreiras

impostas às diferenciações de gênero (GOMES et al., 2017, p. 4).

Presume-se, portanto, que a cidade seria um espaço mais saudável – ou menos mortal – para pessoas LGBTQ+, uma vez que as expressões das diversidades estariam diluídas no cotidiano de muitos corpos, em um tique-taque que não dá tempo para prestar atenção. A Participante 4 aponta para essa “tolerância” do espaço urbano, ao passo que as/os outras/os participantes levantam outras questões sobre violências no *continuum* cidade-campo. Onde há mais pessoas, as cenas violentas são mais intensas ou mais físicas, ao passo que o interior é caracterizado pelas violências psicológicas, verbais, porém que “agride da mesma forma”. Sendo assim, a maior parte dos LGBTQcídios ocorrem nos grandes centros urbanos, pois apesar de na cidade a diluição identitária poder ser um fator protetivo, ela é desumanizante. Já no campo a hetero-cisnormatividade é maior, invertendo a dinâmica entre violências físicas e discriminação.

A iteração discursiva da Participante 4 nos leva a perceber o quão insistente são as práticas de negação daquele corpo que recusa a hetero-cisnormatividade: entendê-lo, aceitá-lo, querê-lo não estão presentes no espaço por onde transita. O isolamento aparece, novamente, como uma “saída” para (sobre)viver, já que o autoextermínio não pode ser uma opção, pois é justamente o extermínio do sobressalente que a hetero-cisnorma busca a todo tempo, mediando todas as relações violentas e atenta para que nada saia dela. No entanto, há de se salientar que a morte não precisa ser do corpo para acontecer. A morte social, em que o sujeito é privado de relações saudáveis para seu desenvolvimento; a morte

simbólica, que anula o reconhecimento de signos, artefatos e saberes do sujeito em nome da introjeção de símbolos hegemônicos de uma classe dominante; em suma, a morte em vida.

Uma outra participante relata outras mortes em vida:

“estar andando na rua com uma namorada ou de mãos dadas e por exemplo cantadas dos caras, eles falam que querem entrar no meio, que isso é falta de piroca, violências do tipo ouvir pessoas como um vizinho meu falando que o fato de ser lésbica é que faltou um pinto, que eu devia transar com ele para saber como é que é um homem de verdade na minha vida. Violência física não chegou a ocorrer, mas essa violência que é quase que física ne, porque a gente começa a sentir medo nos lugares que a gente vai, aí isso eu sofri várias vezes, nas ruas de BH mesmo” (Participante 8).

A vida lésbica – e aqui considero não apenas a existência, mas também as condições de tal existência – é gerida para a morte por corpos que batem continência para o patriarcado e a cis-heterossexualidade compulsória. O pênis, então, torna-se principal arma para a normalização e seu portador “natural”, o representante e o mais indicado para corrigir falhas nas mulheres. Cotidianamente a vigilância dos corpos de mulheres acontece com vistas à manutenção de performances estritamente reprodutoras ou homem-centradas, afinal essa seria a única função delas, desde Eva que nasceu das costelas do homem original (RAMÍREZ, 2000).

Gêneros e raças

Nesse tópico será abordada a cena violenta contra pessoas LGBT+ interseccionalizada pelo racismo. A relação sexualidades-raça é inseparável, pois, como ninguém possui o monopólio de oprimir ou ser oprimido (BUTLER, 2015b), em comunidades vulnerabilizadas há grupos ainda menos reconhecidos enquanto ser de direitos. Sendo assim, enfrenta-se a homotransfobia em comunidades negras e o racismo em comunidades LGBT+ (BACCHETTA et al., 2011; REA; AMANCIO, 2018). As pessoas entrevistadas exemplificam isso:

“acho que a violência que eu mais senti foi dentro do meio gay (...) envolve a questão de gênero mais outras questões de identidade racial, estética (...) a violência maior é tratamento interno, dentro do próprio movimento por conta de certos padrões e ações, certa padronização de que... ou enquadramento da identidade que às vezes dificulta qual a ideia de gay aqui (...) a violência que eu senti mais impactante direto, dentro da minha trajetória aqui já depois, de 20 anos pra cá, ela foi mais impactada pela questão racial do que gay (...) porque você é gay e você é negro, aí junta um, aí vira um problema mais intenso, social, porque você tem que lidar socialmente minha orientação sexual com minha negritude (...) talvez a questão gay porque também é uma coisa que eu não comento, mas a questão da negritude é mais estética, ela é mais falada, mais visível no meu caso” (Participante 7)

Essa vida vigilante (FARIA, 2018), cujos processos de subjetivação são atravessados pelos medos da morte em vida, seja por ser um corpo negro em um

espaço LGBTQ+ ou o oposto, diferenciam-se em cada caso. No primeiro, não é possível “esconder” a negritude, ainda que use de artimanhas estéticas, já que no espaço público a percepção da cor da pele e de características corporais tende a ser mais rápida e, consequentemente, as violências motivadas por preconceitos dessa ordem. Como disse o entrevistado, *ela é mais falada, mais visível*. No segundo caso, é possível não “dar pinta” – aliás tal conformação à norma é prática recorrente no cotidiano de pessoas LGBTQ+, como o mesmo entrevistado aponta:

“tinha vergonha de me assumir”
(Participante 7).

É evidenciado que a vida vigilante de conformação se torna possível geralmente quando as orientações sexuais estão envolvidas. Quando pensamos em gêneros, isso é dificultado pois como será a passibilidade de uma travesti? Ou de uma pessoa em processo transitório de gênero? Aqui podemos pensar que isso se aproxima da situação narrada pelo participante em relação à sua negritude, já que atravessa o explícito pelo olhar do outro. O aprofundamento desses sulcos de poder que atravessam os corpos aparece na fala de outra entrevistada:

“no meio daquele grupo, daquela multidão, um homem chegou pra ela e queria beijar ela a força e ela falou que não e ele falou que ela era uma sapatoná preta, que ela fedia” (Participante 1).

Mulher, negra, lésbica: marcadores sociais que são utilizados para subjugar os corpos que a representam. Beijar à força é não reconhecer que ali existe um sujeito de desejos, de direitos que pode recusar certas formas relacionais com o

outro. No entanto, ao negar o/a outro/a, enquanto representante da heterocisnorma, usa a violência na tentativa de “reajustar” esse corpo³ *queer*. Esse esforço grande para conformar algo que é dito como “natural” denota justamente a sua não naturalidade e evidencia o anacronismo de tais normas, advindas de outros séculos, porém que tentam se impor no presente (BUTLER, 2015a). Outras pessoas entrevistadas corroboram que quando certos marcadores sociais não estão presentes/perceptíveis, as violências são outras:

“até então eu nunca sofri nada por ser quem eu sou e por ser da cor que eu tenho, mas eu tenho certeza absoluta que sim, todo mundo meio que sofre por ser negro e por ter essa opção Agora ainda mais porque junta feminista, negra e lésbica, acho que é um trio que chama práticas de ter preconceito”
(Participante 4).

“minha amiga que é lésbica, o cara zuou alguma coisa e ela, acho que foi lesbofóbica, só que ela reagiu: pegou uma garrafa assim aí ele foi e saiu (...) ela sofre mais do que eu, que sou um gay, mas sou cis, eu sigo uma estética mais heteronormativa, então talvez eu me assegure” (Participante 7).

Resumindo,

“quando você fala de LGBTQ, você pode falar de questão racial e você pode falar de misoginia, é tudo

³ Estamos falando do corpo que “é aquilo em cima do qual a linguagem gagueja, balbucia. O corpo tem seus próprios sinais, seus próprios significantes, de um modo que permanecem em boa parte inconsciente” (BUTLER, 2004, p. 198). Portanto o reajustamento que interpola esses corpos não é exclusivamente sobre sua materialidade, mas também nos discursos que o produzem e que são produzidos pelo corpo.

muito próximo, tudo se mistura porque está tudo no mesmo patamar que é um lugar do patriarcado que fica te oprimindo” (Participante 2).

A interseccionalidade de marcadores sociais estrutura as relações em sociedade (TORRES; JESUS, 2017), o que é demonstrado pelas falas da Participante 4 e do 7. A primeira, quando alega que três características suas provocam preconceitos, afirma isso não por ser uma condição inerente à sua autoidentificação, mas sim a partir de suas experiências com o outro, notadamente machista, racista e avesso à existência lésbica. Já o segundo aborda as diferenças dessas interrelações entre machismo-racismo contra pessoas LGBTQ+, pois sua negritude e suas condições afetivo-sexuais interagem diferentemente no público do que sua amiga, também negra e igualmente pertencente à mesma comunidade, porém transgênero. A sua “segurança” perpassa o atendimento às normas de que haja linearidade, ou seja, que sua identidade cis permaneça estática.

Assim as cenas violentas contra mulheres lésbicas e negras, como a Participante 4, acontece em um sistema econômico-social de matriz heterossexual e cis, na qual elas não atendem os pré-requisitos da imagem mulher, atravessado por sistemas racistas, que não reconhecem o corpo não branco. No entanto, caso se identifiquem como tal, há a ruptura discursiva e a violência aparece como instrumento normativo de restabelecimento da ordem machista-racista.

Deslocamento do insulto

Aproveitamos a menção à *sapatona*, no tópico anterior, para discutir sobre o deslocamento do insulto. O xingamento, o apelido, a piada são gêneros discursivos utilizados para intermediar as relações desiguais de poder, em que algum agente é colocado passivamente sob um nome, por outro(s) que percebe(m) a si mesmo(s) como legítimo(s) para tal ação. Considerando que corpo é discursivamente moldado (FOUCAULT, 1987), o que se pretende, por meio das violências, que sua nova forma seja inteligível normativamente, ou melhor, hetero-cisnormativamente. Note que a agência é totalmente anulada nessa relação violenta. O deslocamento do insulto surge justamente na retomada dessa agência: apropriação de nomes antes utilizados para conformar são ressignificados para a transformação. Ao afirmar o nome como próprio, desestabiliza o sentido do insulto, pois já não imobiliza o sujeito como abjeto. Na verdade, impulsiona-o a estabelecer outras relações, agente de seu corpo e o insulto é deslocado para o reconhecimento de identidades periféricas. Uma frase bastante circulada em comunidades LGBTQ+ resume: só viado e sapatão pode chamar de viado e sapatão quem é viado e sapatão.

Outro participante da pesquisa narra a cena do insulto enquanto estava conversando com uma mulher em uma festa LGBTQ+ *friendly*:

“ela perguntou ‘Ah, você é gay, você é hétero?’, aí eu falei ‘Não, sou bi’, aí ela ‘**Biscate né!?**’” (Participante 5).

O excerto narrado fornece pistas que o processo de deslocamento não ocorreu, pois *biscate* não foi ressignificado para outro âmbito que não o menosprezo e a deslegitimação acerca das

bissexualidades. A relação sinonímica entre *bi* e *biscate* estabelecida no diálogo expõe algumas práticas discursivas que cerceiam corpos bissexuais, que determinam que a fluidez de seus desejos necessariamente é de algo entendido como promíscuo e pernicioso. É até mesmo considerada a mais controversa e polêmica das identidades sexuais, pois pluraliza em vez de polarizar o desejo (CAVALCANTI, 2010). Ainda assim, *biscate* não é um nome requisito por movimentos de visibilização da comunidade bissexual, não sendo (ainda) retirado de textos ofensivos para estar estampado em cartazes e dizeres políticos sobre sua existência.

Considerações finais

Aqui buscamos colocar sob holofotes as cenas cotidianas de violências contra pessoas LGBT+. Nítida é a persistência das violências: ela aparece na escola, no campo, na cidade, na família, na rua, no corpo. O que nos leva a refletir se tais violências alcançam a constituição do ser, se e como interferem em processos de subjetivação. Ainda estamos tecendo sobre isso, porém alguns pontos já aparecem menos embaçados.

O primeiro é a designação enquanto instrumento primordial de tais violências. A primeira cena é a designação de nome e sobrenome, geralmente sexualizados, interditando a potência de ser por meio desse dispositivo de controle. Quem nasce com determinadas características, poderá ser chamada com um grupo de nomes “de menina”, o que pressupõe um conjunto de atos iterados e rigidamente executados – uma performance de gênero interpola demasiadamente pelo outro. Isso é apenas o primeiro ato de

um concerto ao qual os corpos LGBT+ são principais, como narrados pelos excertos trazidos nesse artigo. O tempo de apresentação é necrológico: depende da identidade de gênero percebida pela plateia, que também atua. Se for mulher trans, geralmente termina antes. Uns 40 anos antes.

Ainda assim, elas e eles permanecem vivos, buscando deslocar insultos, designações, rótulos a fim de celebrar a alegria que há anos nos representam. A alegria é luta. E o luto é verbo.

Referências

- BACCHETTA, P.; FALQUET, J.; ALARCÓN, N. Introduction au “Théories féministes et queers décoloniales: interventions chicanas e latinas états-uniennes”. **Les Cahiers du CEDREF**, v. 18, p.7-40, 2011.
- BARIFOUSE, R. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC Brasil**, Caderno News, 13 jun. 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em 15.09.2019.
- BUTLER, J. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.
- _____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.
- _____. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- CAMPOS, R. O. Fale com eles! o trabalho interpretativo e a produção de consenso na pesquisa qualitativa em saúde: inovações a partir de desenhos participativos. **Physis**, v. 21, n. 4, p. 1269-1286, 2011.
- CANSECO, A. E. F. Reconocer la violencia. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, v. 19, p. 133-48, 2015.
- CAVALCANTI, C. D. Práticas bissexuais: uma nova identidade ou uma nova diferença? **Polêm!ca**, v. 9, n. 1, p. 79-83, 2010.
- CERIONI, C. **Menino veste azul e menina veste rosa**, diz Damares em vídeo. Exame,

Caderno Brasil, 3 jan. 2019. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damare-em-video/>. Acesso em 15.09.2019.

CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Estudos Feministas**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-17.

FARIA, M. A. **A luta é coletiva, mas a resistência é individual? violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento desenvolvidas contra a violência pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

GOMES, J. C. S. et al. Colorindo o campo: a diversidade sexual no espaço rural. In V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, **Anais...**, Campina Grande, 2017. Disponível em https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA12_ID1325_11082017114046.pdf. Acesso em 15.09.2019.

GUILHERME, A. A.; PICOLI, B. A. Escola sem Partido — elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Rev. Bras. Educação**, v. 23, e230042, p. 1-23, 2018.

HECK, N.; FLENTJE, A.; COCHRAN, B. Offsetting risks: High school gay-straight alliances and lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) youth. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, v. 1, n. S, p. 81-90, 2013.

KAYSER, E. Bolsonaro e a necropolítica. **GGN**, 2019. Disponível em <https://jornalggn.com.br/artigos/bolsonaro-e-a-necropolitica/>. Acesso em 15.09.2019.

OLIVEIRA, C. A emergência histórica da sexualidade infantil no Brasil. **Rev. Epos**, v. 2, n. 2, p. 1-22, 2011.

OLIVEIRA, L. G. S. **“O Senhor é meu pastor e ele sabe que eu sou gay”: etnografando duas igrejas inclusivas na cidade de São Paulo**. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PERUCCHI, J.; CORRÊA, C. G. Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vividas por jovens LGBT no período escolar. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 46, P. 81-99, 2013.

RAMÍREZ, M. C. A propriedade do corpo. O lugar da diferença nos discursos de homens e mulheres acerca do aborto voluntário. **Cadernos Pagu**, v. 15, p. 297-355, 2000.

REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cad. Pagu**, v. 53, e185315, 2018.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A.; BESSA, J. C. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 725-741, 2011.

TELES, L. M.; MENEZES, J. B. Transexualidade e o direito à identidade de gênero: a autodeterminação ético-existencial do indivíduo e a retificação do nome e do sexo no registro civil. **Encontros Universitários da UFC**, v. 2, p. 1759, 2017.

TORRES, I. L. S.; JESUS, L. A. M. Uma análise interseccional da morte: Luana Barbosa e a insubordinação às estruturas. **Periodicus**, n. 7, v. 1, p. 134-156, 2017.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-20, 2014.

Recebido em 2019-09-20
Publicado em 2019-12-18